


## Das travessias do Velho Chico ao Rio das Rãs: o Ajoujo como elo entre o léxico, memória e patrimônio cultural

### From the crossings of the Old Chico to the River of the Rãs: The Ajoujo as a link between lexicon, memory, and cultural heritage

Juscimaura Cangirana \* 

Elisângela Gonçalves\*\* 

Maria do Socorro Viera Coelho\*\*\* 

**RESUMO:** A experiência humana é constituída por lembranças que se formam a partir do contexto sócio-histórico e cultural de uma determinada comunidade. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar a lexia *ajoujo/ajôjo* enquanto patrimônio cultural expresso no repertório linguístico da comunidade rural quilombola Rio das Rãs, situada no município de Bom Jesus da Lapa, no oeste da Bahia. A escolha da referida lexia justifica-se por sua relevância cultural e histórica no contexto ribeirinho do Vale do São Francisco, uma vez que designa um tipo de embarcação tradicionalmente utilizada nas travessias do rio São Francisco. Desse modo, as formas *ajoujo* e *ajôjo* são consideradas formas variantes de uma mesma unidade lexical, resultantes de processos fonético-ortográficos típicos da variação linguística. O estudo fundamentou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Lexicologia e Lexicografia. Igualmente, voltamos ao passado ao consultar dicionários dos séculos XVIII (Bluteau; Moraes), XIX (Pinto), XX (Freire), retornamos ao presente, consultando dicionários no século XXI (Houaiss e Villar; Aurélio), com objetivo de estabelecer comparações entre esses períodos no que tange à: (i) definição e (ii) acepção no contexto de uso dos informantes da comunidade estudada. Buscamos ainda, a origem dessa lexia no dicionário etimológico de Cunha (2010), quando possível. A análise revelou que a lexia selecionada se encontra dicionarizada no século XX ao século XXI e ainda evidencia aspectos constitutivos do patrimônio cultural e linguístico da comunidade rural quilombola Rio das Rãs.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ajoujo. Léxico. Memória. Patrimônio. Rio das Rãs.

---

\* Doutora em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGLin/UESB). Vitória da Conquista. [cangirana41@gmail.com](mailto:cangirana41@gmail.com).

\*\* Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin/UESB). Professora titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. [elisangela.silva@uesb.edu](mailto:elisangela.silva@uesb.edu).

\*\*\* Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Docente da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). [soccoelho@hotmail.com](mailto:soccoelho@hotmail.com).

**ABSTRACT:** Human experience is constituted by memories that are formed from the socio-historical and cultural context of a given community. In this sense, this article aims to analyze the lexeme *ajoujo/ajôjo* as a cultural heritage element expressed in the linguistic repertoire of the quilombola rural community of Rio das Rãs, located in the municipality of Bom Jesus da Lapa, in western Bahia. The choice of the lexeme *ajoujo* is justified by its cultural and historical relevance in the riverside context of the São Francisco Valley, as it refers to a type of boat traditionally used in crossings of the São Francisco River. Thus, the forms *ajoujo* and *ajôjo* are both considered variant forms of the same lexical unit, resulting from phonetic-orthographic processes typical of linguistic variation. To this end, the study is based on the theoretical and methodological assumptions of Lexicology and Lexicography. Subsequently, we revisited the past by consulting dictionaries from the 18th century (Bluteau; Morais), the 19th century (Pinto), and the 20th century (Freire), and returned to the present by consulting 21st-century dictionaries (Houaiss and Villar; Aurélio), aiming to establish comparisons across these periods regarding: (i) definitions; (ii) meanings in the context of the informants' usage; and, when possible, (iii) the origin of this lexeme in Cunha's etymological dictionary (2010). The analysis revealed that this selected lexeme appears in dictionaries from the 20th to the 21st century and still highlights constitutive aspects of the cultural and linguistic heritage of the quilombola rural community of Rio das Rãs.

**KEYWORDS:** *Ajoujo*. Lexicon. Memory. Heritage. Rio das Rãs.

## 1. Introdução

A língua é um patrimônio social, que integra as relações humanas, através da qual o conhecimento de um povo, de uma cultura, pode ser preservado e transmitido a outras gerações no decorrer do tempo, perpetuando sua história (Lessa, 2010). Nesse sentido, o estudo do léxico de uma língua natural consente conectar aspectos relevantes da história social do grupo que a emprega. Desse modo, o objetivo deste artigo é analisar a lexia *ajoujo/ajôjo* como patrimônio léxico, histórico e cultural, relacionado às práticas desenvolvidas nas águas do rio São Francisco, ao longo do século XX, no contexto da comunidade rural quilombola Rio das Rãs, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia.

Nesse caso, ao resgatar a memória associada à lexia *ajoujo/ajôjo* que denomina um tipo de embarcação do rio São Francisco no século XX, torna-se possível reconstruir parte da trajetória histórica desse território quilombola, além de resgatar e evidenciar aspectos constitutivos do patrimônio cultural e linguístico da comunidade rural quilombola Rio das Rãs, situada na margem direita do referido rio. Assim, a escolha

da lexia *ajoujo/ajôjo* como objeto de análise justifica-se por seu valor histórico, cultural e linguístico no contexto das comunidades ribeirinhas do Vale do São Francisco. Essa unidade lexical designa um tipo de embarcação utilizada para a travessia de animais e mercadorias ao longo do rio São Francisco, constituindo, portanto, um elemento significativo da memória e do patrimônio cultural imaterial dos moradores da comunidade. Nesse sentido, o estudo da lexia permite não apenas documentar um vocábulo representativo do léxico regional, mas também preservar uma expressão do patrimônio cultural imaterial associado às práticas de navegação e às relações identitárias com o rio.

Desse modo, as formas “*ajoujo*” e “*ajôjo*” analisadas neste estudo podem ser consideradas formas variantes de uma mesma unidade lexical, resultantes de processos fonético-ortográficos típicos da variação linguística. Nesse sentido, a coexistência de variantes como *ajoujo* e *ajôjo* reforça o caráter dinâmico do léxico e sua íntima relação com o contexto social (Mollica, 2003).

Para a fundamentação teórica deste trabalho, foram utilizados estudos da Lexicologia e da Lexicografia, com base em autores como Barbosa (1990, 1993) e Biderman (1978, 1984, 1994, 1996, 2001). Além disso, recorreu-se às definições de destacados estudiosos sobre patrimônio e memória, como Pellegrini (2013); Bosi (2003); Pollak (1992); Nora (1993). Também foram consideradas pesquisas que tratam dos aspectos históricos e culturais da comunidade quilombola em foco (Carvalho, 1996; Silva e Souza, 1994; Cangirana, 2019), bem como obras lexicográficas clássicas e fundamentais para os marcos teóricos adotados, a exemplo de Bluteau (1712-1728), Morais Silva (1789), Pinto (1832), Freire (1954), Houaiss e Villar (2001), Aurélio (2010), e ainda obras lexicográficas regionais, a exemplo de Amaral (1920), Souza (2004), Coelho (2010), Antunes (2013), Seabra e Souza (2023).

Em virtude das características históricas, econômicas e socioculturais da comunidade em estudo, partimos do objetivo principal da presente pesquisa: investigar o vocabulário dos moradores da comunidade quilombola Rio das Rãs, por

meio da análise de falas coletadas em entrevistas, com vistas à valorização e preservação de sua memória linguística e cultural. Derivam-se desse objetivo central três específicos: i) relacionar os dados coletados à história e à memória local, por meio da descrição em fichas lexicográficas; ii) confrontar os resultados obtidos com os estudos de Amaral (1920), Souza (2004), Coelho (2010), Antunes (2013) e Seabra e Souza (2023); e iii) analisar a lexia *ajôjo* coletada nas entrevistas, buscando correlacionar seu significado ao encontrado nos dicionários de Bluteau (1712-1728), Morais Silva (1789), Pinto (1832), Freire (1954), Aurélio (2010) e Houaiss e Villar (2001).

Além da primeira seção, a introdução, o artigo está organizado em quatro seções: a segunda apresenta os pressupostos fundamentais das Ciências do léxico: Lexicologia e da Lexicografia, bem como as definições de léxico, patrimônio, memória e ajujo; e ainda, nessa seção, apresenta-se os aspectos históricos e culturais da comunidade quilombola Rio das Rãs, com base nos estudos de Carvalho (1996) e Silva e Souza (1994); a terceira seção refere-se à metodologia adotada, detalhando os procedimentos de coleta e análise dos dados; por fim, a quarta seção apresenta a descrição e análise dos dados linguísticos, considerada a parte central do trabalho. Encerram o artigo as considerações finais e a lista de referências bibliográficas utilizadas.

Esperamos que este estudo contribua para uma reflexão mais ampla acerca do léxico utilizado na comunidade estudada, bem como para a preservação, não apenas do patrimônio material, mas, também, do patrimônio imaterial.

## **2. Pressupostos teóricos: As ciências do léxico: Lexicologia e Lexicografia**

Nesta seção, selecionamos alguns trabalhos para embasar e dialogar com o presente trabalho, como os estudos (Biderman, 1994, 2001; Welker, 2004). Tais pressupostos de Lexicologia, Lexicografia serão tratadas, especificamente, ao nos referirmos sobre os fundamentos teóricos de nossa pesquisa.

Dessa forma, a Lexicologia, enquanto disciplina que se dedica ao estudo científico do léxico de uma língua natural, tem como uma de suas preocupações centrais a análise das relações entre o léxico e os contextos históricos e culturais de uma comunidade, considerando a palavra como um testemunho representativo de seu tempo. Conforme Biderman (1994, p. 140), “a lexicologia é compreendida como a ciência que se dedica ao estudo sistemático do vocabulário de uma língua, investigando o léxico enquanto sistema e considerando as particularidades de seus elementos constitutivos”. Ao tomar a palavra como objeto central de análise, a Lexicologia investiga sua origem, estrutura, significados e processos de formação da palavra, considerando também os aspectos históricos e geográficos em que esse léxico se insere. Nesse sentido, trata-se de uma disciplina que estuda as relações semânticas e formais entre as palavras, sua classificação e os mecanismos morfológicos e fonológicos que regem sua organização e funcionamento no interior de uma língua.

A Lexicografia é uma área da linguística responsável pela compilação e análise de dados linguísticos, sendo tradicionalmente compreendida sob duas acepções principais, conforme Welker (2004):

Por um lado, a ciência, a técnica, a prática ou mesmo a arte de elaborar dicionários. Se essa é a chamada lexicografia prática, há, por outro lado, outra acepção, a saber, a lexicografia teórica, ou metalexicografia. Esta abrange o estudo de problemas ligados à elaboração de dicionários, a crítica de dicionários, a pesquisa da história da lexicografia, a pesquisa do uso de dicionários e o estudo tipológico (Welker, 2004, p. 2).

Desse modo, a Lexicografia dedica-se à investigação sistemática e à aplicação prática voltada à coleta, organização e categorização das unidades lexicais de uma determinada língua, especialmente em compilações como dicionários e vocabulários. Esse campo abrange estudos relativos à origem, etimologia, significações, usos contextuais, pronúncia e variações das palavras, possibilitando aos lexicógrafos documentar o léxico de forma precisa e funcional.

Tem como finalidade oferecer dados precisos e atualizados acerca do léxico de uma determinada língua. Esse processo compreende o registro e a descrição das unidades lexicais, englobando seus significados, usos contextuais, pronúncia, etimologia e demais informações pertinentes. Ao sistematizar esses elementos, a Lexicografia visa constituir uma fonte fidedigna de consulta para os falantes, contribuindo para a compreensão e o uso adequado das palavras no interior da comunidade linguística.

Ao considerar as especificidades da Lexicografia e da Lexicologia, constata-se uma relação de complementaridade entre essas disciplinas, tanto em termos epistemológicos quanto metodológicos. Embora a Lexicografia tenha precedido historicamente a consolidação da Lexicologia, é frequentemente concebida como uma extensão aplicada desta. Contudo, sob uma perspectiva diacrônica, observa-se que cada uma delas se apropria do estudo do léxico de maneira particular, o que lhes confere certo grau de autonomia, especialmente no que tange às metodologias e aos procedimentos técnicos utilizados em suas respectivas abordagens.

## **2.1. Léxico, memória e patrimônio cultural**

O conceito de patrimônio possui uma abrangência significativa e, em sua origem, está associado à ideia de herança material transmitida entre gerações. Quando se aborda o Patrimônio Cultural, trata-se de uma herança de natureza cultural - compreendendo que a própria definição de cultura também é vasta e heterogênea (Magalhães e Corrêa, 2022). Nesse contexto, o patrimônio cultural constitui uma herança coletiva, pois remete à memória social que determinado grupo busca preservar. Assim, o patrimônio cultural representa os elementos considerados relevantes e distintivos da identidade cultural de uma comunidade ou sociedade, expressando os bens e valores reconhecidos como significativos por um conjunto de pessoas, comunidades, nações ou mesmo pela humanidade em sua totalidade. Para Pelegrini (2013, p. 28) “o conceito de patrimônio cultural, na verdade, está associado

com as identidades sociais, e resulta primeiro das políticas do estado nacional e, em seguida, do seu questionamento no quadro da defesa da diversidade”. A autora relata que o patrimônio não é algo neutro ou apenas correlacionado à preservação de bens materiais e imateriais, mas sim um campo de disputas simbólicas, onde diferentes grupos buscam reconhecimento, visibilidade e legitimidade de suas memórias e tradições.

O patrimônio é, portanto, um ato de resgate, valorização e continuidade da memória coletiva, que sustenta a identidade e a história de um povo. Desse modo, o patrimônio cultural divide-se em dois grandes grupos: o Patrimônio Material e o Imaterial. No primeiro, o patrimônio material é aquele que possui suporte físico, materialidade, e está ancorado na cultura material de um povo. Por exemplo: as edificações modernistas, determinadas residências ecléticas ou coloniais, centros históricos, calçamentos, parques, cruzeiros, igrejas, bibliotecas, uma imagem sacra, rural, entre outros.

O conceito de patrimônio cultural está detalhado no Artigo 216 da Constituição Federal, que o define como os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes formadores da sociedade brasileira”. Esses bens, ao serem reconhecidos como parte do patrimônio cultural, assumem um papel relevante na preservação da diversidade cultural e na valorização das tradições históricas do país.

Já o patrimônio imaterial diz “respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares [como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas]” (Iphan, 2014). A compreensão do patrimônio cultural imaterial está profundamente relacionada à memória social e às representações coletivas do passado, as quais desempenham um papel essencial na constituição das identidades sociais no presente. Tais representações garantem a

continuidade histórica dos grupos e atribuem significados às suas práticas, saberes e modos de vida.

Segundo a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promovida pela UNESCO (2003), esse patrimônio compreende "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais a eles associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural". Sendo assim, o patrimônio cultural concebe, por essência, uma herança coletiva, na medida em que está relacionado a uma memória social que a coletividade reconhece como merecedora de preservação. Trata-se de um conjunto de bens, práticas, expressões e saberes considerados representativos da identidade cultural de uma comunidade. A preservação do patrimônio cultural pode ser entendida como um ato de resistência contra a homogeneização cultural e a perda de identidade que pode ocorrer com o avanço da modernização e do desenvolvimento descontrolado.

Ao longo do tempo e em distintos contextos socioculturais, as sociedades humanas mantiveram mecanismos de preservação da memória coletiva, frequentemente expressos por meio de rituais, celebrações, narrativas orais e, mais recentemente, por meio de políticas públicas e iniciativas institucionais. O patrimônio cultural, nesse contexto, atua como um estimulante da memória, evocando laços históricos e afetivos entre os sujeitos e suas tradições, razão pela qual é objeto de ações voltadas à sua valorização, salvaguarda e transmissão intergeracional (Nora, 2004; Le Goff, 1990).

Conforme afirma Biderman (1987, p. 83), "o léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística que tem uma história". Pode-se afirmar, portanto, que o léxico é constituído por unidades lexicais que expressam e representam o patrimônio sociocultural de uma determinada comunidade. Ainda, sobre o léxico, Biderman (1996), relata que:

[...] o léxico está associado ao conhecimento, e o processo de nomeação em qualquer língua resulta de uma operação perceptiva e cognitiva. Assim, no aparato linguístico da memória humana, o léxico é o lugar do conhecimento, sob o rótulo sintético de palavras - os signos linguísticos (Biderman, 1996, p. 27-28).

O entendimento de Biderman (1996) evidencia a estreita relação entre o léxico, o conhecimento e a memória, ao afirmar que o léxico está associado ao conhecimento e que o processo de nomeação resulta de operações perceptivas e cognitivas. Nesse sentido, nomear não é um ato aleatório ou meramente formal: trata-se de um exercício de reconhecimento, categorização e significação da realidade a partir da experiência humana. Assim, o léxico assume um papel essencial no aparato linguístico da memória humana, pois é por meio dele que o ser humano organiza, acessa e transmite suas representações de mundo. Dessa forma, ao relacionar o léxico com o conhecimento, a autora enfoca a importância da linguagem para uma abordagem que integra linguagem, cultura e cognição, reconhecendo a palavra como um elo entre o indivíduo e sua realidade social. Essa perspectiva reforça a ideia de que o léxico, mais do que um inventário de palavras, pode ser um reflexo vivo da experiência coletiva de uma comunidade. Assim, a memória configura-se como um fenômeno cognitivo por meio do qual o ser humano reconstrói suas lembranças, reelaborando experiências e vivências pretéritas à luz do presente.

Nesse contexto, a tradição oral permanece como uma das principais formas de preservação da memória coletiva, assegurando a continuidade dos saberes culturais e históricos de um povo. A memória de um povo resguarda não apenas os acontecimentos históricos que compõem a trajetória de uma comunidade, mas, sobretudo, conserva os significados coletivos que sustentam sua identidade cultural e social (Bosi, 2003). Desse modo, a questão da memória deve estar relacionada ao patrimônio, uma vez que a memória é a base viva sobre a qual se constrói o patrimônio cultural.

Dessa forma, memória e patrimônio estabelecem uma relação intrínseca, na medida em que, articulados, remetem aos saberes que atribuem aos grupos sociais um sentimento de pertencimento cultural e identitário dentro de uma determinada sociedade. A memória se fundamenta nas vivências e experiências compartilhadas coletivamente, sendo constantemente ressignificada no presente. Ela atua como um fio condutor das relações sociais, atravessando as subjetividades dos diferentes grupos e contribuindo para a construção de seus sentidos e identidades (Nora, 1993).

É no esforço de compreensão do contexto sócio-histórico da *lexia* *ajoujo* que se estrutura a próxima seção.

### **2.1.1. Contexto histórico da *lexia* *ajoujo***

A partir do século XVII, a navegação no Rio São Francisco passou por um marco significativo com a introdução de um novo tipo de embarcação denominado *ajoujo*<sup>1</sup>. Segundo Machado (2020, p. 57), conforme registra a memória social das populações ribeirinhas, “os *ajoujos* constituem as embarcações de carga mais antigas do Rio São Francisco”. Desse modo, o *ajoujo* consistia em um tipo específico de embarcação tradicionalmente utilizada na travessia do Rio São Francisco, com a finalidade principal de transportar animais de grande porte, como bovinos, equinos, entre outros.

Essa embarcação era composta pela junção de duas ou três canoas, conectadas por um estrado de madeira que servia de suporte tanto para os animais quanto para a carga transportada. O modelo mais comum envolvia a combinação de três canoas, sendo a mais longa posicionada ao centro, a fim de proporcionar maior estabilidade e sustentação nas águas do Velho Chico. Uma imagem representativa de um *ajoujo* pode ser observada na Imagem 1, publicada originalmente no *Jornal O Barranqueiro*, n.º 46, de 10 de julho de 2004.

---

<sup>1</sup> Tipo de embarcação herdada dos indígenas, formada pela junção de mais de uma canoa (Brandão, 2016).

Imagem 1: Ajoujo



Fonte: Melo (2018).

O ajoujo era conduzido por três homens: um piloto e dois auxiliares que remavam ou empurravam a embarcação caminhando sobre a coxia<sup>2</sup>. Em trechos do rio com pouca profundidade, o deslocamento era feito com o auxílio de uma vara longa, com um gancho em uma das extremidades. Essa extremidade era apoiada no leito do rio, enquanto a outra se firmava contra o peito do remeiro<sup>3</sup>, que caminhava lentamente na direção oposta ao movimento do ajoujo, impulsionando-o com os pés.

Neves (2003) realiza uma descrição do contexto histórico que permeia o extrato social dos remeiros do rio São Francisco que enfrentavam discriminação tanto em razão da cor da pele quanto de sua condição profissional, ao exercerem os trabalhos mais degradantes e pesados. Tratava-se, em sua maioria, de trabalhadores negros ou mestiços, pobres, arrastados pela necessidade e falta de trabalho, que faziam do rio sua morada, atuando como agregados ou empregados nas propriedades rurais dos fazendeiros que moravam às margens do Rio São Francisco.

---

<sup>2</sup> S.m. Estrado composto de tábuas ou madeiras roliças, usado como convés de carga do ajoujo (Houaiss e Villar, 2002).

<sup>3</sup> Eram homens que empurravam o ajoujo rio acima, trabalhando com as varas de modo penoso e integravam o contingente de negros e mestiços que ocupavam posição social subalterna na região do Rio São Francisco (Neves, 2003).

Dessa forma, os remeiros desempenhavam um trabalho exaustivo ao conduzir os ajoujos, enfrentando inúmeros desafios para movimentar essas embarcações. A propulsão era realizada, predominantemente, por meio da força braçal, sendo ocasionalmente auxiliada pelo uso de velas, quando as condições dos ventos eram favoráveis (Neves, 2003).

Vieira (2012) contextualiza o surgimento da embarcação que fomentou as trocas de mercadorias e fortaleceu o comércio nos portos do rio São Francisco, a saber:

[...] o ajoujo vem dos pioneiros anos da colônia e durou até a chegada, primeiro da barca, depois do vapor, subindo e descendo o rio no transporte de gente e carga, atendendo as humildes comunidades com sua lenta regularidade. A rude embarcação é uma paliçada amarrada com cipós, embiras e couros sobre canoas indígenas ou comuns (Vieira, 2012).

Esse tipo de embarcação teria encontrado um contexto propício naquela realidade socioeconômica, marcada pelas travessias intrépidas do Velho Chico. Com o passar do tempo, o ajoujo deixou de ser utilizado como embarcação de viagem e passou a desempenhar exclusivamente a função de travessia fluvial. Alguns ajoujos foram fabricados com financiamento do poder público, sendo posteriormente arrendados a particulares para fins de exploração econômica.

Os últimos ajoujos em operação nos portos do Rio São Francisco pertenciam a operadores privados. Nesses modelos, o estrado sustentado por duas grandes canoas de cedro ou tamboril era adaptado para a construção de um curral destinado ao transporte dos animais, mantendo-se as coxias laterais para a circulação dos varejeiros durante a navegação (Silva Júnior, 2010). Para Pereira e Pereira (2019):

[...] o ajoujo, transporte essencial para a pecuária, não percorria longas distâncias, isso apenas passou a ocorrer quando apareceram as primeiras barcas no São Francisco, na primeira metade do século XX. Porém, exercia uma função fundamental para o comércio dos fazendeiros, servindo no deslocamento do rebanho para o outro lado da margem. Com a expansão do comércio nas áreas ribeirinhas, as

barcas entraram em cena, por oferecerem espaços maiores e percorrerem longas distâncias (Pereira; Pereira, 2019, p. 37).

Assim, o ajoujo foi um meio de transporte tradicional que, durante muitos anos, navegou pelas águas do rio São Francisco, desempenhando um papel importante no deslocamento de pessoas, animais e mercadorias. Com o passar do tempo, essa embarcação foi gradualmente substituída por modelos mais modernos. Preservar a memória do ajoujo, portanto, é resgatar a história da navegação nesse rio e reconhecer esse saber como parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Portanto, ajoujo possui valor material e imaterial: material porque agrega informações sobre parte da história de um povo, remete a identidade, distingue de outros povos e cultura; e imaterial, por dar testemunhos de práticas socialmente relevantes e registrar uma lexia que representa um estágio pretérito da língua e cultura do vale do rio São Francisco. Desse modo, o estudo da lexia *ajoujo* contribui para compreender o modo como o léxico se constitui também como expressão do patrimônio cultural imaterial, preservando saberes, técnicas e modos de vida transmitidos entre gerações (Pellegrini, 2013; Halbwachs, 2006).

## **2.2. Aspectos históricos e culturais da comunidade rural quilombola Rio das Rãs**

A comunidade rural quilombola Rio das Rãs, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, região oeste do estado da Bahia, a aproximadamente 970 km de Salvador, constitui o objeto de análise deste estudo. Composta por cerca de 691 famílias distribuídas em uma área de 30.190,71 hectares, segundo dados do INCRA (2010), essa comunidade faz divisa natural por meio do curso d'água Rio das Rãs entre os municípios de Malhada e Bom Jesus da Lapa, além das áreas limítrofes com os municípios de Riacho de Santana, Carinhanha e Serra do Ramalho. Sua configuração territorial se estrutura em pequenos núcleos habitacionais (comunidades): Brasileira, Rio das Rãs, Capão de Cedro, Riacho Seco, Retiro e Exu (Carvalho, 1993, p. 74).

Durante o século XX, essa comunidade enfrentou intensos conflitos fundiários com fazendeiros latifundiários, em uma disputa marcada pela violência e pela tentativa de expropriação das terras tradicionalmente ocupadas por descendentes de escravizados que viviam na região do Velho Chico desde o século XIX (Silva, 1994). O primeiro registro de usurpação dessas terras data de 1850, quando o coronel Deocleciano Pires Teixeira se apropriou da área, alegando herança de seu tio, o Major Francisco Teixeira de Araújo. Para evitar tensões com os moradores quilombolas, Deocleciano estabeleceu um acordo informal que lhes permitia atividades como o cultivo, a caça e a pesca, desde que assumissem a responsabilidade pelo manejo de seu gado.

Posteriormente, com a morte do coronel, seus herdeiros venderam parte da área à Empresa Bonfim Indústria Algodoeira LTDA (BIAL), intensificando os conflitos e dando início ao processo de grilagem das terras. Sob ordens de Carlos Bonfim, capangas contratados promoveram atos de violência, destruindo cercas, permitindo que o gado invadisse plantações, interditando a pesca e restringindo a mobilidade dos quilombolas. Além disso, foram registradas a demolição de residências e a destruição de uma igreja evangélica, em um claro processo de intimidação e violação de direitos.

Com o agravamento das tensões e a impossibilidade de cultivo, os moradores contaram com o apoio de instituições como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa, a Igreja Católica e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essas organizações ofereceram suporte jurídico e político, permitindo que alguns quilombolas obtivessem, por meio de decisões judiciais, acesso às terras de vazante localizadas nas margens do rio São Francisco e do rio das Rãs.

Em 1989, iniciou-se formalmente a disputa judicial pelas terras, resultando na emissão da primeira ordem de reintegração de posse, que viabilizou o retorno de famílias expulsas de suas moradias. A partir desse momento, a comunidade passou a ser reconhecida como remanescente de quilombo, com o processo de titulação conduzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este

instituto, por meio do Projeto Especial Quilombola de Rio das Rãs, buscou assegurar a permanência dos quilombolas em suas terras por meio da desapropriação da área e da criação de um assentamento destinado a até 700 famílias, conforme o processo administrativo nº 21460.001663/96-74, datado de 20 de dezembro de 1996.

A formalização da posse da terra visava garantir aos remanescentes de quilombo os direitos específicos historicamente negligenciados, especialmente diante da ausência de registros legais de propriedade por parte dos descendentes de escravizados. O processo de regularização fundiária enfrentou forte resistência dos latifundiários e exigiu constante mobilização comunitária.

O reconhecimento oficial da comunidade como remanescente de quilombo foi conferido pela Fundação Cultural Palmares em 1993, em consonância com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que estabelece a responsabilidade do Estado em assegurar a titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas.

A trajetória da comunidade quilombola Rio das Rãs é marcada por uma luta contínua pela autodeterminação, pelo direito à terra e pelo reconhecimento de sua identidade coletiva. Nesse processo, o território assume um significado simbólico e político, sendo compreendido como espaço de resistência, memória e construção de uma identidade cultural e social. A permanência e valorização de sua história e de seus direitos constituem elementos centrais na busca por um futuro mais justo e equitativo para os quilombolas de Rio das Rãs (Cangirana, 2019).

### **3. Metodologia**

O *corpus* do Português Popular de Rio das Rãs, fonte de análise desta pesquisa, é composto por dados coletados em 24 entrevistas de falas, registradas em inquéritos com duração de aproximadamente 50 minutos cada, conforme a metodologia laboviana (Labov, 1972).

Para a constituição do *corpus*, os informantes foram selecionados considerando perfis sociais, como: (a) sexo (12 do sexo masculino e 12 do sexo feminino); (b) faixa etária (08 jovens – 25 a 35 anos; 08 adultos – 45 a 55 anos; 08 idosos – com mais de 65 anos); (c) grau de escolaridade (12 sem escolaridade e 12 semiescolarizados); (d) exposição à mídia; (e) rede de relações sociais (local e dispersa).

Além disso, foram considerados também os seguintes critérios para a escolha dos informantes: (i) ter nascido no quilombo Rio das Rãs; (ii) residir na comunidade quilombola; (iii) ter pais nascidos na comunidade.

Em função das normas éticas, decidimos não informar os seus nomes nas entrevistas; assim, elaboramos uma codificação que não revelasse a identidade dos participantes do estudo. Em relação ao sexo, usamos a letra M para o informante do sexo masculino e utilizamos a letra F para o informante do sexo feminino. Ademais, consideramos faixa etária I (jovens – 25 a 35 anos), usando F1; faixa etária II (adultos – 45 a 55 anos), usando F2; e por último, faixa etária III (velhos – com mais de 65 anos), representada por F3. Em termos de escolaridade, optamos por usar as expressões *sem escolaridade* e *semialfabetizado*<sup>4</sup>.

A coleta e organização do *corpus* foi realizada pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), *Campus* de Bom Jesus da Lapa – BA, em cujo domínio se encontra<sup>5</sup>. Para a realização das entrevistas, os pesquisadores preencheram uma ficha com os perfis sociais dos informantes: nome, idade, profissão, naturalidade, sexo, escolaridade, estado civil, número de filhos, tempo fora da comunidade, exposição à mídia, uso da internet e religião etc., que, por sua vez, concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que pudessem participar das

---

<sup>4</sup> Na escolaridade, fez-se a distinção entre falantes *sem escolaridade* e *semialfabetizado*, sendo estes últimos aqueles que tiveram qualquer experiência com o universo do letramento, mesmo que o resultado disso se resumisse à capacidade de assinar o nome (Lucchesi, 2009).

<sup>5</sup> A constituição desse *corpus* foi coordenada pelo professor Doutor Danilo da Silva Santos - Universidade Federal do Oeste da Bahia, campus Bom Jesus da Lapa, Bahia. Registramos nossos agradecimentos ao referido professor pela cessão do *corpus*, que também consideramos ser de nossa propriedade.

entrevistas, conforme prescreve o Comitê de Ética, protocolo expedido pelo CEP/CONEP Nº 73233317.8.0000.0055, parecer nº 2.421.882<sup>6</sup>.

Após uma prévia aproximação de vivência dos pesquisadores com os moradores da comunidade, foram realizadas 24 entrevistas de falas, com um gravador de voz modelo Sony PX-240. Em seguida, iniciamos a audição do material coletado, procedendo à transcrição de cada entrevista em áudio, através do Programa Transcriber 2.0. Para essa transcrição, foram utilizados os critérios estabelecidos pela Proposta da Chave de Transcrição<sup>7</sup> do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia<sup>8</sup> (Lucchesi, 2001). Além disso, a obtenção de dados foi feita por meio do software *AntConc*<sup>9</sup> na versão 3.5.8 (Anthony, 2019). Esse programa foi utilizado para verificar as frequências das lexias, bem como o contexto de uso a serem analisados.

Para a descrição e análise dos dados, adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: (i) levantamento das lexias associadas à cultura e à história local; (ii) seleção das lexias com foco em substantivos e adjetivos presentes no *corpus* transcrito; (iii) escolha criteriosa de dicionários representativos dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI (Bluteau, 1721-1728; Moraes, 1789; Pinto, 1832; Freire, 1954; Aurélio, 2010; Houaiss e Villar, 2001), além do dicionário de Cunha (2010), utilizado para consultas etimológicas sempre que possível; (iv) a consulta sistemática aos dicionários para

---

<sup>6</sup> O número do parecer consubstanciado do CEP pertence aos dados do projeto de pesquisa “O português afro-brasileiro: A Concordância Verbal (CV) na terceira pessoa do plural ou p6 na comunidade Rio das Rãs-BA”, uma vez que o CEP da UFOB só foi criado em 2018 e os dados foram coletados em 2015 e 2016.

<sup>7</sup> A chave de transcrição do Projeto Vertentes pode ser acessada através do seguinte link: [http://www.vertentes.ufba.br/images/paginas/projeto/chave\\_de\\_transcricao.pdf](http://www.vertentes.ufba.br/images/paginas/projeto/chave_de_transcricao.pdf). Acesso em: jul. 2021.

<sup>8</sup> Optou-se pela transcrição grafemática, porque possibilita uma melhor visualização do texto, atendendo igualmente às necessidades da análise. O critério básico é o de se registrarem os fatos linguísticos que se observam na fala do informante e que constituem marcas específicas do seu dialeto, tanto no nível fônico, quanto no morfossintático (Lucchesi, 2001).

<sup>9</sup> “O *AntConc* é um *software* gratuito para análise de *corpus*, que foi desenvolvido pelo pesquisador Laurence Anthony da Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade de Waseda, no Japão. Trata-se de uma ferramenta multiplataforma, executável em versões para o Windows, Linux e Macintosh. Seu arquivo tem aproximadamente 4Mb, por isso é considerado leve e dispensa a necessidade de instalação, o que torna a utilização mais fácil mesmo para usuários iniciantes” (Barreiros, 2017, p. 219).

verificar se: (a) a lexia em análise estar dicionarizada, (b) a origem etimológica das lexias, quando identificável, e (c) eventuais alterações semânticas ao longo do tempo; (v) por fim, procedeu-se à elaboração de uma ficha lexicográfica descritiva com base nos dados levantados.

Além dos dicionários citados em (iii), foram consultados trabalhos que descrevem o léxico regional que podem ter exercido algum tipo de influência, ou que tenham alguma relação com o falar da comunidade rural quilombola Rio das Rãs. Assim, buscou-se investigar a presença da lexia selecionada, também, em obras lexicográficas regionais, a exemplo do dicionário de Amadeu Amaral, *O Dialeto Caipira* (1920); *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* de Bernardino José de Souza (2004); a dissertação “*Os Gurutubanos: língua, história e cultura*” de Maria do Socorro Vieira Coelho (2010); o *Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha Minas Gerais* de Carolina Antunes (2013); a obra *Léxico regionais: em busca do vocabulário rural de Minas Gerais* de Maria Cândida Trindade Costa de Seabra e Vander Lúcio de Souza (2023).

A escolha da lexia *ajoujo* baseou-se no critério de frequência no *corpus* (12,3%), a 5ª lexia mais recorrente na fala dos moradores, o que evidencia sua relevância no repertório linguístico local. Assim, sua inclusão na análise se justifica por representar de forma significativa os saberes e práticas cotidianos dos moradores.

A lexia foi, então, organizada em uma ficha lexicográfica com o propósito de subsidiar uma análise qualitativa. A ficha apresenta, inicialmente, a lexia registrada na fala dos informantes, inserida em seu contexto frásico e situacional. Em seguida, consta a classificação gramatical da lexia e a frequência de ocorrência no *corpus*. Posteriormente, registra-se a presença (ou ausência) da lexia nos dicionários consultados, bem como sua origem, conforme identificação em Cunha (2010). Quando a lexia não foi localizada nas obras lexicográficas analisadas, utilizou-se a sigla “n/e” (não encontrada). A ficha também inclui um campo denominado “observações”, reservado a informações linguísticas ou extralinguísticas consideradas pertinentes à análise.

A estrutura da ficha baseia-se nos modelos propostos por Ribeiro (2010) e Souza (2014), com as devidas adaptações metodológicas realizadas para atender aos objetivos específicos do presente estudo. A seguir, apresenta-se a ficha lexicográfica utilizada na análise da lexia *ajoujo*.

#### 4. Resultados

Para descrição e análise dos dados extraídos do *corpus*, conforme justificado anteriormente na seção 3, metodologia, a seleção da lexia *ajoujo* decorreu de sua alta chavicidade no *corpus*, bem como da singularidade do vocabulário da comunidade, justificando sua escolha como objeto de análise detalhada. Isso pode ser conferido, a seguir, na ficha lexicográfica da referida unidade lexical.

Quadro 1: Ficha lexicográfica da lexia *ajoujo*

<p><b>01. AJÔJO</b> [Substantivo] _____ 07 Ocorrências</p> <p>“Aí não tinha ponte lá, lá tinha <b>ajôjo</b>, que atravessava no <b>ajôjo</b> em Carinhanha, travessava no <b>ajôjo</b>. As vez eles não queria pagá pra atravessá no <b>ajôjo</b> eles cortava por Bom Jesus da Lapa [...]” (MMSF, M. F1).</p> <p>“[...] tem um <b>ajôjo</b> que a enchente foi nem lembro a época mais, foi muito tempo atrás já, tinha o <b>ajôjo</b> que levava, os bicho, o pessoal, que tava morreno já, o ri tava fundiano, foi de uma vez pra outra que o ri começô fundá, la encheu muito, teve um <b>ajôjo</b> pra tirá o gado do pessoal, pra outro lugá [...]” (GFS, M. F1).</p> <p><b>Acepção buscada no corpus:</b> tipo de embarcação usada para transportar bichos, gado e pessoas no rio São Francisco.</p> <p><b>Registro em dicionários:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Bluteau (1712-1728): n/e.</li> <li>2. Morais Silva (1789): n/e.</li> <li>3. Pinto (1832): n/e.</li> <li>4. Freire (1954, p. 346): <u>Ajoujo</u>: Embarcação feita de duas ou três canoas emparelhadas e jungidas entre si.</li> <li>5. Aurélio (2010, p. 128): <u>Ajoujo</u>: s.m. Barca feita de duas ou mais canoas emparelhadas e travada - Norte e Centro.</li> <li>6. Houaiss e Villar (2001, p. 130): <u>Ajoujo</u>: s.m. embarcação constituída de duas a quatro canoas emparelhadas e jungidas entre si, para transporte de carga no rio São Francisco. ETIM. regr. de ajoujar.</li> </ol>
---

**Origem:** *Ajoujar*: vb. Do latim *adjugo*, -are/ **ajoujo**: corrente para unir animais pelo pescoço, 1813. (Cunha, 2010, p. 20).

**Registro em obras lexicográficas regionais:**

1. Amadeu Amaral (1920): n/e.
2. Souza (2004): n/e.
3. Coelho (2010): n/e.
4. Antunes (2013): n/e.
5. Seabra e Souza (2023): n/e.

**Obs.:** trata-se de um caso de processo fonológico por supressão da vogal /u/ no interior do vocábulo, síncope: *ajoujo* ~ *ajøjo* (Coelho, 2010, p. 20).

Fonte: Balbino (2025, p. 86).

A partir da análise dos dados, constatamos que a lexia *ajoujo/ajôjo*, apresentada na ficha lexicográfica acima, foi encontrada nos dicionários selecionados dos séculos XX e XXI: *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa* (Freire, 1954), *Dicionário de Aurélio* (2010) e *Dicionário de Houaiss e Villar* (2001). Observamos que, tanto na fala dos moradores como nos dicionários consultados, a unidade lexical traz a mesma acepção. Verificamos, também, que a lexia *ajoujo* apresenta processos fonológico por supressão da vogal /u/ no interior do vocábulo, síncope: *ajoujo* ~ *ajøjo* (Coelho, 2010, p. 20). No âmbito da Lexicologia e da Sociolinguística, *ajoujo* e *ajôjo* podem ser consideradas formas variantes de uma mesma lexia. Nesses termos, devemos, portanto, reconhecer ambas as formas como pertencentes a uma mesma unidade lexical, registrando a variação como parte do patrimônio linguístico e cultural da comunidade estudada. De acordo com o *Dicionário Etimológico* de Cunha (2010, p. 76), a origem da palavra vem do latim *adjugo*, -are/ *ajoujo*.

Ao considerar o contexto sócio-histórico e cultural da comunidade, cabe ressaltar que o registro da lexia *ajôjo* na fala dos moradores se torna significativo, uma vez que essa é empregada para fazer referência ao um tipo de embarcação que navegava pelas águas do Velho Chico, em tempos pretéritos, na comunidade.

O *ajoujo/ajôjo* desempenhou um papel essencial não apenas na vida da comunidade rural quilombola Rio das Rãs, mas também no cotidiano e na economia

de diversas populações que viveram às margens do rio São Francisco em épocas passadas. Sua presença nas águas do São Francisco evidencia a profunda relação entre os ribeirinhos e o rio, revelando formas tradicionais de adaptação às necessidades de transporte, sobretudo em contextos de escassez de infraestrutura. Utilizado para o deslocamento de pessoas, o transporte de mercadorias e até mesmo o salvamento de animais durante as cheias, o ajoujo constitui um valioso testemunho do saber e da resistência cultural das comunidades ribeirinhas.

Essa embarcação tradicional do Rio São Francisco é lembrada pelos moradores como um bem essencial à sobrevivência das populações ribeirinhas, especialmente em períodos de cheia. De acordo com a memória social, em ocasiões em que o rio subia repentinamente, colocando em risco a vida de pessoas e animais da comunidade, o ajoujo era utilizado para transportar moradores e retirar o gado para locais mais seguros. Essas situações vivenciadas em época das cheias do Velho Chico reforçam o valor simbólico e funcional dessa embarcação, reconhecida como parte do patrimônio cultural da região. A presença do ajoujo nas águas do São Francisco, em tempos passados, não se restringe à comunidade rural quilombola de Rio das Rãs, mas se estende a outras localidades que viveram às margens do rio e precisavam dessa embarcação para se deslocarem para outros lugares.

As lembranças dos moradores da comunidade rural quilombola Rio das Rãs reforçam esse vínculo com o ajoujo. Relatam-se, por exemplo, que para atravessar o rio entre a cidade de Carinhanha e a comunidade Rio das Rãs, havia grandes dificuldades, sobretudo pela ausência de embarcações disponíveis naquele momento. Em alguns casos, era necessário percorrer mais de 150 quilômetros, passando por Bom Jesus da Lapa, para chegarem à comunidade Rio das Rãs. Também são recorrentes as memórias das grandes enchentes do São Francisco, que avançavam sobre a comunidade e obrigavam os moradores a conduzir seus animais para áreas mais altas, recorrendo novamente ao ajoujo como principal meio de transporte.

Assim, percebemos que, ao se referirem à *lexia* *ajoujo*, os informantes expressam experiências e memórias individuais e coletivas, resgatando um bem cultural que marcou profundamente a história local. Mesmo com o passar dos anos, o *ajoujo* permanece vivo na memória das comunidades ribeirinhas, sobretudo dos moradores de Rio das Rãs, ao rememorar as dificuldades e estratégias de sobrevivência associadas ao uso dessa embarcação.

O reconhecimento do *ajoujo* como patrimônio cultural implica, portanto, em sua valorização e preservação como elemento representativo das populações ribeirinhas. Tal reconhecimento garante que as futuras gerações possam conhecer e compreender a importância dessa embarcação no contexto histórico, social e cultural do Rio São Francisco, assegurando a continuidade de saberes e práticas tradicionais que constituem o legado dessas comunidades.

Nesse contexto, a *lexia* *ajôjo* presente no falar da comunidade rural quilombola Rio das Rãs, aparece como um símbolo da cultura ribeirinha e expressa o modo de vida dessa população que viveu às margens do Rio São Francisco. A permanência dessa *lexia* no imaginário coletivo e individual evidencia não apenas a relevância histórica da embarcação, mas também a resistência dos saberes e práticas que moldaram a identidade das populações ribeirinhas.

## **5. Considerações finais**

Neste trabalho, objetivou-se analisar a *lexia* *ajoujo/ajôjo* como um patrimônio cultural expresso no repertório linguístico da comunidade rural quilombola Rio das Rãs, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, na região oeste da Bahia.

Em linhas gerais, os objetivos propostos neste estudo, foram atingidos, uma vez que ao analisar tal *lexia*, verificou-se que a mesma *lexia* encontrada na fala de alguns moradores da comunidade Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa-Bahia, estar dicionarizada em Freire (1954), Villar e Houaiss (2001) e Aurélio (2010), séculos XX e XXI, respectivamente. Contudo, essa *lexia* não foi localizada nas obras lexicográficas

dos séculos XVIII e XIX. Nas obras regionais de Amaral (2020), Souza (2004), Coelho (2010), Antunes (2013) e Seabra e Souza (2023), essa lexia não foi localizada.

Sendo assim, a lexia *ajoujo/ajôjo* continua viva nas lembranças dos moradores, uma vez que essa unidade lexical expressa saberes, sentimentos e modos de vida compartilhados e transmitidos a futuras gerações. Além disso, como patrimônio cultural material e imaterial, o *ajoujo/ajôjo* representa não apenas uma embarcação, mas também uma forma de resistência simbólica, por meio da qual a comunidade preserva sua história e sua relação com o território. Além disso, a lexia evidencia uma conexão entre língua, memória e cultura, enfatizando a relevância do léxico na constituição da identidade de comunidades linguísticas historicamente excluída.

Dessa forma, a análise desta lexia nos mostra a herança cultural da comunidade rural quilombola Rio das Rãs expressa no léxico, bem como as contribuições para os estudos empreendidos sobre o português falado em comunidades rurais brasileiras.

## Referências

AMARAL, A. **O Dialeto caipira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1920.

ANTHONY, L. **AntConc** (Version 3.5.8) [Computer Software]. Tokyo, Japan: Waseda University, 2019. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software>. acesso em: 15 maio 2023.

ANTUNES, C. **Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha** - Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BALBINO, J. C. **O estudo do léxico da Comunidade Rural Quilombola Rio das Rãs - Bahia**. 2025. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, 2025.

BARBOSA, M. A. **Introdução aos estudos do léxico: teoria e prática**. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, M. A. O léxico e a produção da cultura: elementos semânticos. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DE ASSIS, 1., 1993, Assis. **Anais [...]**. Assis: UNESP, 1993.



CARVALHO, J. J. de. **Laudo Antropológico sobre a comunidade negra de Rio das Rãs**. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

COELHO, M. do S. V. **Os Gurutubanos: língua, história e cultura**. 2010. 439 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG,) Belo Horizonte, 2010.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FREIRE, L. **Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOUAISS, A. VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IPHAN. **Patrimônio Cultural Imaterial**, 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LESSA, L. G. A importância da língua no mundo social e cultural. **Linguagem e cultura**, 2010. Disponível em: <https://luisalessa.blogspot.com/>. Acesso em 13 jul. 2025.

LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolinguística brasileira. **D.E.L.T.A**, São Paulo, v. 17, n.1, p. 97-130, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502001000100005>

LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-73.

MACHADO, M. A. **O rio São Francisco e suas embarcações: memória, cultura e identidade ribeirinha**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MAGALHÃES, C. M. CORRÊA, J. D. **Patrimônio em oficinas: guia de atividades para educadores**. Varginha: [s. n.], 2022.

MELO, J. N. de. PINÇANDO NOTÍCIAS. **Blog** de João Naves de Melo [Blogspot], 29 mar. 2018. Disponível em: [https://joaonavesdemelo1.blogspot.com/2018/03/pincando-noticias\\_29.html](https://joaonavesdemelo1.blogspot.com/2018/03/pincando-noticias_29.html). Acesso em 19 de jul. 2025.

MOLLICA, M. C. **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAIS, A. S. **Dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Empresa Literária Fluminense, 1789.

NEVES, Z. Os Remeiros do São Francisco na literatura. **Revista de Antropologia**, USP, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 161-205, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012003000100004>

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PEREIRA, A. R. PEREIRA, L. R. Novos tempos: o fim da navegação e o paradoxo do progresso nas relações sociais dos ribeirinhos do médio São Francisco (1957-1972). **Anais do III Seminário de pesquisa em História Social - História, margens e fronteiras**, Montes Claros/ MG - Unimontes, 2019.

PINTO, L. M. da S. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, G. A. **O vocabulário rural de Passos/Minas Gerais**: um estudo linguístico nos Sertões do Jacuhy. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-8TBNKY>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SEABRA, M. C. T. C. de; SOUZA, V.L. de. **Léxicos Regionais**: em busca de vocabulário rural de Minas Gerais. 1ª ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

SILVA JÚNIOR, J. H. da. **Alto-médio São Francisco e o estudo da cultura manifestada pela população local**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2010.

SILVA, P. C. G.; SOUSA, A. P. **Comunidades Rurais Negras Rio das Rãs-Bahia**. Brasília: Arte e Movimento, 1994.

SILVA, V. S. **Do Mucambo do pau preto à Rio das rãs: liberdade e escravidão na construção da identidade negra de um quilombo contemporâneo (Ensaio Etnográfico)**. Salvador: UFBA, 1998.

SOUZA, B. J. de. **Dicionário da terra e da gente do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004.

SOUZA, J. E. de; ALMEIDA, J. C. D. de. **O Mucambo do Rio das Rãs: um modelo de Resistência Negra**. Brasília: Arte e Movimento, 1994.

SOUZA, V. L. de. **Nas cacimbas do Rio Pardo: um estudo léxico-cultural**. 2014. 621f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-9PEP75/1/tese\\_vander.unificado\\_vf20.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-9PEP75/1/tese_vander.unificado_vf20.pdf). Acesso em 20 fev. 2023.

TARALLO, F. **A pesquisa Sociolinguística**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007 [1985].

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147273/>. Acesso em: 28 de abr. de 2026.

VIEIRA, G. G. **Lendas do Velho Chico**. Folha do Meio Ambiente, 22 nov. 2012. Disponível em: <https://folhadomeio.com/2012/11/chico235/>. Acesso em: 20 set. 2025.

WELKER, H. A. **Dicionários: uma pequena introdução à Lexicografia**. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

Artigo recebido em: 27.09.2025

Artigo aprovado em: 12.01.2026